

Falta de organização

Os auditores da Secretaria Federal de Controle Interno também verificaram falhas no sistema de distribuição dos medicamentos. Das 118 fichas de pacientes analisadas, apenas 3% contêm medicamentos que foram pagos pelo Ministério da Saúde e efetivamente distribuídos pela Secretaria de Saúde do DF. No período em que os analistas acompanharam as atividades da farmácia central, eles constataram que não havia nas prateleiras o remédio Interferon alfa, usado no tratamento da hepatite C. No entanto, consta na fatura do Ministério o pagamento de 120 unidades desse mesmo remédio.

A fatura do medicamento Clozapina 100 mg é a mais absurda. De acordo com ela, os pacientes receberam 8,3 mil unidades do medicamento, usado no tratamento de distúrbios mentais. Os analistas só conseguiram comprovar 360 entregas. A falha é explicada, em parte, pela inexistência de uma lista de pacientes beneficiados com o programa de medicamentos de alto custo para o qual o Ministério repassa, em média, R\$ 700 mil por mês. Erros no preenchimento de documentos também podem ter contribuído para a diferença entre o número de faturas e entregas.

Por conta disso, os analistas aconselharam o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Otávio Azevedo Mercadante, a acompanhar de perto as ações da Secretaria até que o abasteci-

mento seja normalizado. A assessoria de imprensa do Ministério informou que o conselho está sendo analisado, assim como os outros relatórios. Em um deles, os técnicos eximem o Ministério da responsabilidade sobre o problema. As verbas são repassadas regularmente de acordo com a necessidade dos pacientes atendidos no DF, sejam moradores daqui ou não. Durante a inspeção, os analistas da Secretaria Federal de Controle Interno ficaram assustados com a quantidade de remédios em falta. Alguns, como as enzimas pancreáticas, usadas no tratamento de fibrose cística, não são distribuídas desde outubro do ano passado. Sem ela, os pacientes que sofrem dessa doença crônica e degenerativa são obrigados a diminuir o número de refeições porque o organismo não consegue digerir todo o alimento.

As falhas na administração do Programa de Distribuição de Medicamentos de Alto Custo já haviam sido detectadas pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF) em dezembro do ano passado. Na época, os técnicos recomendaram à Secretaria que criasse uma série de normas de controle interno. Entre elas, o registro dos pacientes beneficiados pelo Programa e o acompanhamento da entrega dos remédios aos pacientes. Os analistas do TCDF também detectaram o desaparecimento de alguns medicamentos que chegavam à Secretaria em uma determinada quantidade e entravam na farmácia de alto custo em quantidade menor.

Das determinações do Tribunal, a Secretaria cumpriu apenas duas: melhorar as instalações físicas da farmácia — transferindo-a para um novo local, nas proximidades do cemitério — e aumentar o controle interno dos funcionários que lidam com os remédios. O TCDF têm outras duas investigações sobre a saúde pública do DF em andamento, ambos a pedido do Ministério Público junto ao TCDF. Um desses processos trata de superfaturamento dos remédios e, o outro, sobre a escassez de substâncias para a realização de cirurgias cardíacas.

PREÇO ABSURDO

Este mês, o Conselho Regional Farmácia também finalizou um novo levantamento. Doze remédios foram pesquisados. Para comprá-los, a Secretaria gastou R\$ 12 milhões no primeiro semestre deste ano. Um deles, o Fluconazol, usado contra infecções por fungos, foi comprado pelo DF por R\$ 15 a caixa. Normalmente, esse remédio é adquirido por R\$ 0,28 no resto do país. "A responsabilidade é da diretoria que toma decisões políticas ao optar pela maneira mais cara de comprar", critica o presidente do Conselho Regional de Farmácia, Daniel Luiz Boff. "Além de restringirem o tipo de produto — com critérios como a seringa — eles ainda compram de distribuidoras em vez de entrar em contato direto com os laboratórios."